



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXX — Nº 89

TERÇA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 1975

BRASÍLIA—DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 116^a SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE SETEMBRO DE 1975

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Início em todo o País das comemorações alusivas ao 7 de setembro, dia da Independência.

DEPUTADO ADHEMAR GHISI — Portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social, que disciplina o parcelamento de débitos previdenciários permitindo maior rapidez no seu processamento, mediante utilização de sistemas eletrônicos.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Problemas de infra-estrutura de Niterói—RJ.

DEPUTADO ANTUNES DE OLIVEIRA — Ação do Exército na guarda e humanização de nossas fronteiras.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, às dezoito horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.2.3 — Ofício

— Do Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de estudo e parecer, sobre o Projeto de Lei nº 9/75—CN, solicitando prorrogação do prazo concedido àquela Comissão para apresentação de seu parecer sobre a matéria. Deferido.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura de Mensagem Presidencial

Nº 68/75—CN (nº 263/75, na origem), encaminhando à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 10/75—CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1976.

1.3.2 — Fixação de calendário para tramitação da matéria.

1.4 — ENCERRAMENTO

ATA DA 116^a SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE SETEMBRO DE 1975

1^a Sessão Legislativa Ordinária, da 8^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 18 horas e 45 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores: Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Evandro Carreira — José Esteves — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Fausto Castelo-Branco — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarde Mariz — Jessé Freire — Domicílio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Lourival Baptista — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quercia — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Italívio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Otair Becker — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossa Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; Jorge Arbage —

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Séção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

EVANDRO MENDES VIANA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor da Divisão Administrativa

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER
Diretor da Divisão Industrial

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 100,00
Ano	Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antônio Morais — MDB; Cláudio Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Ney Lopes — ARENA; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Mauricio Leite — ARENA; Octacilio Queiroz — MDB; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Murillo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinícius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rolemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Antônio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Régo — ARENA; Rómulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Vieira Lima — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloísio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Daniel Silva — MDB; Darcilio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waissmann — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; José Sally — ARENA; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Moreira Franco — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB;

Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Wálter Silva — MDB.

Minas Gerais

Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonsêca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Cantídio Sampaio — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Francisco Amaral — MDB; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gólio Junior — ARENA; Guaçu Piteri — MDB; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Carmargo — MDB; Lincoln Grillo — MDB; Marcelo Gato — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santilo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Generino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; José de Assis — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Alvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antonio Belinati — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ari Kffuri — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; Minoro Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José

Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Valmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Amaury Müller — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antonio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 48 Srs. Senadores e 311 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (Rio Grande do Sul—MDB) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, tiveram início hoje em todo o País as comemorações alusivas ao 7 de Setembro, Dia da Independência.

Nas casernas, nos estabelecimentos de ensino, em mar, terra e ar o Grito da Independência já se prenuncia, recordando a maior epopeia da nossa história.

A criatura humana pode divergir de credo político e religioso; pode viver em violentas e injustas desigualdades sociais, pode ser incompreendida e sofrida injustiças as mais cruéis, todavia não pode ser infiel à terra que lhe serviu de berço. A Pátria, em seu sentido amplo e genuíno, é intraduzível, porque o seu relicário guarda as tradições históricas dos nossos antepassados, as glórias da geração presente e os sonhos da mocidade, a esperança fagocita do Brasil de amanhã.

A Pátria vive em cada um de nós e eterniza-se nas obras dos grandes mestres. A Itália vive na "Divina Comédia", de Dante; a Alemanha no "Fausto", de Goeth; a Espanha, no "Dom Quixote", de Cervantes; Portugal nos "Lusiadas", de Camões; o Brasil no "Os Sertões", de Euclides da Cunha.

Cada herói é um pedaço na Pátria: Caxias, Barroso, Tamandaré, Marcílio Dias, Mascarenhas de Moraes e outros.

A Pátria no lábio das crianças é flor que desabrocha, nos sonhos da mocidade é primavera vidente, na ternura das mães é a esperança do porvir, na bravura espartana do homem é a centelha da eternidade, que se renova em cada geração.

No silvo das procelas, no murmúrio da brisa, no látigo do minuano, no arrulhar das pombas, no chilrear da passarada, no brilho das estrelas, no palor do luar, nas gotas de orvalho, em toda a parte, enfim, a Pátria é o elo que une e estratifica o pensamento de um povo que estuga passos rumo à eternidade.

Se a Pátria é o país em que vivemos, não é menos verdade que o País em que vivemos é a síntese maravilhosa da Pátria.

Justificam-se, por isto, os grandes preparativos para comemorar solenemente o Dia da Pátria — 7 de Setembro.

Uno e indivisível, forte e destemido, fraterno e alicerçado das suas tradições de paz e de amor, o Brasil, no Dia da Pátria, reafirma sua posição de líder inconteste, de guardião das liberdades fundamentais da América Latina.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar Ghisi.

O SR. ADHEMAR GHISI (ARENA—SC) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, no dia 7 de agosto último, foi baixada, pelo Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, a Portaria nº 252, que disciplina o parcelamento de débitos previdenciários, permitindo maior rapidez no seu processamento, mediante utilização de sistemas eletrônicos.

Com vigência a partir de 1º de outubro do corrente ano, tal medida virá simplificar o procedimento para cobrança de dívidas previdenciárias, eliminando exigências e formalidades que impedem a celeidade dos processos em andamento, com enorme prejuízo para os contribuintes. Além disso, preconiza a referida Portaria a extinção do sistema arcaico e ultrapassado de parcelamentos que atualmente depende de autorização da presidência do INPS, no Rio de Janeiro, cuja centralização tem ocasionado grande demora e atraso na tramitação dos processos.

Prevê ainda a Portaria medida que favorece os devedores que, além do parcelamento, passarão a gozar da isenção da multa automática, desde que efetuem o pagamento do principal, juros e correção monetária, até o dia 31 de dezembro do corrente ano.

Além da implantação do sistema que outorga à rede bancária o processamento e controle dos parcelamentos, a Portaria proporciona aos contribuintes do INPS a oportunidade excepcional para regularizarem a sua situação junto ao órgão, com a redução em até 50% da dívida, que é, na maioria dos casos, o percentual de multa.

Segundo informações do Ministério da Previdência, existem 7.994 agências bancárias credenciadas pela Previdência Social, além de 413 órgãos locais do INPS, 785 representações, 35 servidores residentes e seis sindicatos, totalizando em todo o território nacional 9.233 dependências à disposição dos contribuintes da Previdência. Vale dizer que os contribuintes que têm débito, para com o INPS poderão pedir o respectivo parcelamento nos setores acima mencionados, que terão autorização para as providências constantes da Portaria.

À guisa de informação, adiantamos que os débitos confessados pelo contribuinte, com base nos seus próprios assentamentos, ou decorrentes de lançamento de fiscalização, serão consolidados no mesmo ato, englobando o principal, os juros de mora, as multas e a correção monetária.

O débito confessado será amortizado em número de parcelas a ser indicado pelo contribuinte, desde que não exceda a quatro vezes o total dos meses em atraso.

Assim, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, este é mais um passo do Sr. Presidente da República para equacionar um problema de âmbito nacional, na área da Previdência Social, em cumprimento a uma das metas prioritárias do seu Governo.

Nesta oportunidade, queremos render ao Sr. Nascimento e Silva, Ministro dos mais dinâmicos deste Governo, nossas mais efusivas homenagens pelo acerto com que vem desenvolvendo suas altas funções à frente do MPAS.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (Rio de Janeiro—ARENA) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a cidade de Niterói, antiga Capital do ex-Estado do Rio de Janeiro, vive ainda problemas dos mais sérios em sua infra-estrutura, que exige melhores condições de saneamento, abastecimento de água, transportes, atendimento médico e social.

Com o centro congestionado, tende Niterói a crescer para a região oceânica, nos caminhos de Itaipu, Piratininga e Itacoatiara,

sendo também viável este crescimento em direção das praias ao longo da baía de Guanabara.

A atual rede de esgotos de Niterói foi implantada na década de 20, quando a população urbana não chegava a 30 mil habitantes. Hoje Niterói tem mais de 400 mil, sem contar a população flutuante, vinda de São Gonçalo e outros Municípios fluminenses.

Governos passados tentaram solucionar o problema de esgotos em Niterói, consertando as vias ou usando instrumentos especiais de desobstrução das mesmas. Foram importadas poderosas máquinas que, atreladas a caminhões, pelo sistema de sucção, desentopem diariamente a rede de esgotos da antiga capital fluminense.

Mas esta é uma solução precária, sem nenhum sentido prático quanto ao futuro próximo, pois estas máquinas se tornarão obsoletas para o trabalho a que se destinam. Além disto, a pressão que exercem sobre a rede, ao conduzir as excretas ao mar, enfraquecem os tubos que não raro explodem, prejudicando mais ainda o sistema de esgotos da cidade de Niterói.

Inexplicavelmente o interceptor oceânico teve sua obra interrompida. E os esgotos de Niterói continuam sendo lançados na baía de Guanabara, inclusive bem junto a estação de passageiros do Serviço de Transporte da Baía de Guanabara, onde o mau cheiro e a multidão de ratos se misturam.

Entre o acesso às barcas e aos aerobarcos dois enormes tubulões lançam aos pés dos passageiros milhares de litros de águas poluídas, contendo excrementos que flutuam sobre as águas oleosas e se vão grudar aos cascos das embarcações.

Enquanto a situação do centro de Niterói é esta, os bairros, para onde se desloca o desenvolvimento, não possuem, nem precariamente, rede de água e esgotos.

Sei que a situação exige estudos aprofundados, dispêndio excessivo de verbas e recursos humanos dos mais técnicos. Mas tudo isso precisa ser somado em favor de Niterói. E não me pejo em trazer este assunto à tribuna da Câmara Federal, onde são abordados temas nacionais, de relevante valor político, pois sinto que a população de Niterói está cada dia mais ameaçada de doenças epidêmicas, pela situação indesejável de sua rede de esgotos e pela superpopulação de ratos, esses inimigos devoradores.

Urge que se realize em Niterói uma campanha de combate aos ratos, a exemplo do que foi feito na cidade de Recife, quando era titular da Secretaria de Saúde da capital pernambucana o nosso ilustre colega Deputado Valério Rodrigues.

A desratização realizada no Grande Recife tem servido de modelo para outras campanhas semelhantes, até mesmo no exterior, valendo aquela experiência para ser aplicada em Niterói, e neste sentido, queremos dirigir-nos ao ilustre Prefeito Ronaldo Fabricio, sugerindo-lhe adotar o sistema Valério Rodrigues, na desratização da "terra de Araribóia".

Sr. Presidente, em nome do povo de Niterói, apelo ao Prefeito Ronaldo Fabricio para que dê prioridade às obras de saneamento, encetando todos os esforços junto aos órgãos estaduais para a solução deste grave problema, que é o da rede de esgotos da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antunes de Oliveira.

O SR. ANTUNES DE OLIVEIRA PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Através das Mensagens N°s 69 e 70, de 1975 — CN, o Senhor Presidente da República submete ao Congresso os textos dos Decretos-Leis n°s 1.415 e 1.416, de 1975.

Com vistas à leitura das matérias, convoco sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido e deferido o seguinte

OF.

Brasília, 1º de setembro de 1975.

Excelentíssimo Senhor Senador Magalhães Pinto
Digníssimo Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista, incumbida de estudo e Parecer, sobre o Projeto de Lei nº 09, de 1975 (CN), pelo qual o Senhor Presidente da República "Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências", solicito a Vossa Excelência, a prorrogação por mais 5 (cinco) dias do prazo concedido a este órgão para apresentação de seu parecer, que se encerra no dia 1º-09-75.

Outrossim, esclareço que tal pedido se justifica pela importância da matéria, objeto de estudo e que está a exigir do Senhor Relator, Deputado Hélio Campos, um prazo mais dilatado para elaboração do seu parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, os protestos de estima e consideração. — Senador Itamar Franco, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da sessão, o Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura da Mensagem Presidencial nº 68, de 1975—CN.

É lida a seguinte

MENSAGEM N° 68, DE 1975—CN (Nº 263/75, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Tenho a honra de encaminhar à elevada consideração de Vossas Excelências, no prazo estabelecido no Artigo 66 da Constituição, o anexo projeto de lei que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1976, acompanhado dos Anexos I, II e III, correspondentes à Receita, Despesa e Programação a cargo das Entidades Supervisionadas.

Atendendo às prioridades estabelecidas no II PND, e atualizando a programação constante do Orçamento Plurianual de Investimentos, aprovado para o triénio 1975/1977, o projeto de lei prevê inexistência de déficit do Tesouro, mantendo as reduções de impostos que, progressivamente, vêm sendo feitas.

Em que pese ao elevado custo da implantação do Plano de Classificação de Cargos e o aumento das demais despesas de custeio, a poupança do Tesouro, em 1976, está prevista ao nível de 38% das Receitas Correntes, com a expressiva cifra de cerca de Cr\$ 53 bilhões, a qual garantirá a continuidade da execução da programação prioritária do Governo e assegurará o rápido desenvolvimento econômico do País.

As Prioridades Orçamentárias

Sem déficit para o Tesouro, foi possível garantir a correção monetária dos valores previstos no OPI—1975/77, substanciais aumentos para os projetos prioritários e inclusão de novos, resultantes de estudos recentes que evidenciaram a sua necessidade para a consecução dos objetivos estabelecidos no II PND.

Correspondendo às prioridades destacadas no II PND, ênfase continua sendo dada aos setores:

- Agricultura
- Educação
- Saúde
- Ciência e Tecnologia

Para efeito de comparação e consistência da série histórica, a despesa global deve ser considerada como sendo de Cr\$ 90.278 milhões, a qual é obtida pela exclusão de certos itens que até pouco tempo eram considerados como extra-orçamentários, tais como: o serviço da dívida pública e outros encargos financeiros sob supervisão do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Planejamento; transferências para os Estados, Distrito Federal e Municípios; os programas PIN e PROTERRA, assim como o Fundo Nacional de Telecomunicações e o Fundo de Liquidez da Previdência Social.

Agricultura

O Ministério da Agricultura foi dotado com Cr\$ 2.090 milhões em seu anexo próprio, Cr\$ 727 milhões em Encargos Gerais da União, Cr\$ 150 milhões para aumento de capital da CIBRAZEM e COBAL, e deverá receber, durante o exercício, Cr\$ 368 milhões, para atendimento de despesas com pessoal e encargos sociais, provenientes da Reserva de Contingência e da provisão para a implantação do Plano de Classificação de Cargos. Isso totaliza Cr\$ 3.335 milhões, o que representa incremento de 88,7% em relação ao previsto na Lei Orçamentária vigente.

Complementarmente, o setor agrícola estará recebendo a importância de Cr\$ 1.582 milhões, destinados ao subsídio ao preço de fertilizantes, compensação aos Estados pela isenção do ICM sobre a carne e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária—PROAGRO.

Tais valores elevam os recursos do Tesouro destinados à Agricultura para Cr\$ 4.917 milhões, que correspondem a 5,4% da despesa prevista na forma acima. A esse resultante deve ser acrescida a importância de Cr\$ 490 milhões, que os Estados deverão aplicar com recursos provenientes do Fundo de Participação transferidos pela União.

Educação e Cultura

O Ministério da Educação e Cultura, por sua vez, receberá no seu próprio anexo a importância de Cr\$ 6.493 milhões, a qual será acrescida com Cr\$ 590 milhões em Encargos Gerais da União e Cr\$ 2.375 milhões para cobrir despesas com a implantação do Plano de Classificação de Cargos e a sua provável participação na Reserva de Contingência, além de Cr\$ 675 milhões que o setor educacional receberá em outros Ministérios. Isso totaliza Cr\$ 10.133 milhões, que representam 11,2% da despesa a um incremento de 88% sobre as dotações orçamentárias vigentes.

O setor Educação e Cultura receberá, ainda, Cr\$ 1.964 milhões, aplicados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, com recursos transferidos pela União à conta dos Fundos de Participação, elevando os gastos do setor, com recursos do Tesouro, para Cr\$ 12.096 milhões.

Saúde e Saneamento

O Ministério da Saúde foi contemplado no seu anexo próprio com Cr\$ 2.176 milhões, e em Encargos Gerais da União com Cr\$ 124 milhões, perfazendo Cr\$ 2.310 milhões e devendo receber, para as despesas com o Plano de Classificação de Cargos e Reserva de Contingência, recursos de Cr\$ 372 milhões. Ao considerarmos as despesas com o setor Saúde e Saneamento, que serão realizadas por outros Ministérios, no valor de Cr\$ 862 milhões, os gastos se elevam para Cr\$ 3.544 milhões, correspondendo a cerca de 4% da despesa estimada e a um crescimento de 121% sobre a constante da Lei Orçamentária vigente.

Os Estados, Distrito Federal e Municípios aplicarão, também, um mínimo de Cr\$ 736 milhões, com recursos recebidos da União, à conta dos Fundos de Participação, elevando a despesa prevista com o setor Saúde e Saneamento para Cr\$ 4.281 milhões, sem considerar as despesas que serão realizadas pelo Sistema de Previdência Social (Cr\$ 16.083 milhões) e do Banco Nacional da Habitação em programas de saúde e saneamento.

É importante salientar que os Ministérios da Agricultura, da Educação e da Saúde estarão aplicando, através de suas Entidades da Administração Indireta e Fundações subvencionadas pelo Tesouro, recursos de outras fontes (gerados ou captados diretamente) nos montantes de Cr\$ 2.250 milhões, Cr\$ 1.858 milhões e Cr\$ 254 milhões, respectivamente.

Ciência e Tecnologia

O Programa "Ciência e Tecnologia", que em 1975 foi dotado com Cr\$ 1.407 milhões, contará, no próximo exercício, com Cr\$ 3.610, representando 2% da despesa proposta e um incremento de 157%.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento, que para o corrente Exercício Financeiro, primeiro da sua existência, foi previsto em Cr\$ 7.548 milhões, deverá, em 1976, ser contemplado com Cr\$ 10.782 milhões, destinados ao atendimento, prioritário, de programas relacionados com a infra-estrutura econômica.

As Transferências para os Estados, Distrito Federal e Municípios

As transferências de recursos da União a Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em seu anexo próprio, totalizam Cr\$ 23.189 milhões, sendo Cr\$ 21.714 milhões provenientes de vinculações constitucionais e Cr\$ 1.475 milhões de recursos ordinários do Tesouro.

Além daquela importância serão transferidos, ainda, Cr\$ 982 milhões correspondentes à compensação aos Estados, pela isenção do ICM sobre a carne e Cr\$ 1.000 milhões, pelo Ministério da Educação e Cultura, relativos à Cota-Parte do Salário Educação, elevando o total das transferências para os Estados, Distrito Federal e Municípios para Cr\$ 25.171 milhões.

A Despesa com o Pessoal

A despesa com o pagamento de Pessoal e Encargos Sociais, que para o corrente exercício havia sido estimada em Cr\$ 29.606 milhões, inclusive previsão para a implantação do Plano de Classificação de Cargos, no próximo exercício deverá se elevar para Cr\$ 41.752 milhões; sem que em ambos os casos se considere a Reserva de Contingência para atender o reajuste salarial, representando crescimento, de um exercício para outro, correspondente a 41%.

Tendo em vista que as dotações orçamentárias dos órgãos que já implantaram o Plano de Classificação de Cargos incorporaram, para 1976, a previsão dos seus respectivos gastos, a provisão para implementação do referido Plano foi estimada em Cr\$ 4.700 milhões.

A Receita Estimada

A Receita do Tesouro deverá continuar mantendo crescimento superior a 30%, em comparação com a reestimativa da receita para o corrente exercício, sem que novas fontes sejam incorporadas ao Orçamento, como aconteceu neste ano.

O Imposto sobre Produtos Industrializados permanece como a mais importante fonte de recursos, fornecendo cerca de 35% dos mesmos (Cr\$ 43.381 milhões), seguido do Imposto sobre a Renda, que participa com 24% (Cr\$ 33.433 milhões), do Imposto sobre Importação, que em 1975 assumiu a terceira posição e que em 1976 representará 9,4% da arrecadação, superando a receita proveniente do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, que passará a contribuir com apenas 7,9% da Receita do Tesouro.

Contará o Governo, ainda, com Receita de Outras Fontes, geradas pelas atividades das Entidades da Administração Indireta e das Fundações instituídas pela União. Estão previstas em Cr\$ 50.052 milhões, representando 26% da Receita Total considerada para o próximo Exercício Financeiro.

São estas as principais considerações sobre o projeto de lei do Orçamento que julguei oportunas para apresentação a Vossas Excelências.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossas Excelências o testemunho do meu alto apreço e consideração.

Brasília, 28 de agosto de 1975. — Ernesto Geisel.

(*) PROJETO DE LEI Nº 10, DE 1975-CN

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1976.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — De acordo com o disposto no artigo 90 do Regimento Comum, a matéria que acaba de ser lida deverá ser examinada e receber parecer da Comissão Mista de Orçamento, designada por esta Presidência na sessão do Congresso Nacional de 13 de junho próximo passado.

Os Srs. Parlamentares poderão oferecer emendas perante a Comissão, no prazo de 20 dias, a contar da distribuição dos avulsos.

Publicado o parecer da Comissão Mista, distribuídos os seus avulsos, esta Presidência, esgotado o prazo de 5 dias previsto no artigo 97 do Regimento Comum, convocará sessão conjunta para apreciação da matéria.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas.)

(*) Será publicado em Suplemento à presente edição

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emendas Constitucionais

nº 1, de 1969,

nº 2, de 1972, e

nº 3, de 1972.

(formato bolso)

136 páginas Preço: Cr\$ 6,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,

ou pelo sistema de Reembolso Postal.

LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

Histórico da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971

“Lei Orgânica dos Partidos Políticos”,
e de todas as Leis que a alteraram

Edição: julho de 1974

2 tomos (956 páginas)

Preço: Cr\$ 70,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,

ou pelo sistema de Reembolso Postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50